



ATA DA REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE HABITAÇÃO DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2019, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. COM A PRESENÇA DOS **MEMBROS TITULARES**: José França Pereira (RPR), Eliana de Santana (RPR). **SUPLENTES**: Giulia Patitucci (SMDHC), (...). **PARTICIPANTES**:

A Sra. **Giulia (SMDHC)** abriu a reunião reiterando a importância de assinar a lista de presença do Subcomitê, mas que ela não é vinculada a nenhum projeto habitacional em curso. Registrou que a ausência de um membro da Secretaria de Habitação se faz devido à morte do Secretário Adjunto daquela pasta.

Iniciada a apresentação, Sra. **Giulia (SMDHC)** apresentou um histórico temático do que fora discutido nas reuniões anteriores. Deu um foco inicial à alteração legal que ocorreu no Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB). O Plano Diretor dizia que 30% deste Fundo tinha como direção a compra de imóveis para afetação pública; alterou-se para que esta porcentagem seja direcionada para reformas.

Sr. **Gioavni (RPR)** questionou quando as reformas serão iniciadas nestes prédios, para cumprir o prazo que o Secretário de Habitação prometeu na Câmara dos Vereadores. Sra. **Giulia (SMDHC)** não tem a resposta objetiva, mas disse que a SEHAB será questionada, visto que não vieram ao Subcomitê. O Sr. **Jamaica (RPR)** narrou que, em um Subcomitê da Habitação, o Secretário de Habitação disse que, aportes nacionais, junto à atualização do FUNDURB, resultariam na disponibilização de 9 a 13 mil moradias para a população vulnerável, além de inauguração de Minha Casa Minha Vida 1.

A Sra. **Giulia (SMDHC)** iniciou a pauta referente às Pré-conferências de Habitação, questionando se alguém já participou neste ano – a resposta foi



negativa. Continua dando exemplos de Conferências sendo realizadas pelo Município. Registrou a importância da Conferência em sintetizar um documento que traga as demandas da população.

Explicou qual a estrutura das Pré-conferências, falas institucionais e grupos de trabalho, que formularão propostas a serem apresentadas na Conferência final. Compartilhou, então as datas e locais das Pré-conferências, abarcando aquelas que já foram realizadas (4 datas) e as que virão (5 datas). A Sra. **Eliana de Santana (RPR)** solicitou que as informações sejam impressas e divulgadas com a PopRua.

Sra. **Giulia (SMDHC)** trouxe a próxima pauta, fruto de encaminhamento da última reunião: revisar o programa, a lei, de locação social. Narrou, então, pontos de alteração elencados anteriormente e fortificou a importância de levar estas inovações para as pré-conferências.

Sr. **Fábio** questionou, como exemplo, qual o valor de locação do Asdrúbal. Sra. **Giulia (SMDHC)** respondeu que a renda mínima para participar é R\$ 750,00 reais, sendo que o aluguel é de 10% deste valor, ou seja, no mínimo R\$ 75,00, além das outras contas. Neste momento, o Sr. **Pedro** tomou a palavra para compartilhar sua experiência no Asdrúbal. Segundo ele, a experiência é positiva e tem-se a expectativa de aumentar a quantidade de projetos desta forma. Sr. **Fábio** emendou a questão, perguntando qual o procedimento utilizado para complementar as potenciais vagas abertas de locação social para PopRua.

Sra. **Giulia (SMDHC)** discorreu uma breve explicação sobre a locação social, iniciando a passagem por slides descrevendo o conceito para acréscimo de contribuições do público presente. Sra. **Francisca** questionou o termo “família” na lei. Sra. **Giulia (SMDHC)** disse, por mais que, na execução do projeto, não haja restrição a mulheres solteiras, é fundamental que solicitem a alteração, como “pessoas só e famílias”.



Sra. **Eliana de Santana (RPR)** fez uma fala corroborando com a Sra. Francisca. Pediu foco para a luta à conquista de outras locações sociais. Sr. **André** perguntou se idosos e deficientes têm prioridade. Sr. **Jamaica (RPR)** trouxe uma retomada histórica sobre a construção de critérios utilizados no locação social. Sr. **Nilson** fez uma denúncia de irregularidades nas indicações do Asdrúbal, realizada por ONGs, segundo ele.

Sr. **Giovani** sugeriu que, depois do aluguel social, fosse possível financiar este próprio imóvel. Sra. **Eliana de Santana (RPR)** trouxe o “PAR”, Programa de Arrendamento Social, que funcionava nesta ideia e que, para o público da rua, a locação social faz parte de um processo de ganho de autonomia e responsabilidade. Sr. **Tião** levantou que a maioria da PopRua não se encaixa no financiamento da Caixa. Sr. **Pedro** fez coro à ideia de locação social como financeiramente e pessoalmente mais viável neste processo.

Sra. **Giulia (SMDHC)** apontou quais são as demandas, prioritárias, de locação social, segundo a Lei. Sr. **Tião** solicitou a inclusão de egressos do sistema penal como público prioritário à locação social. Sr. **Jamaica** buscou a inclusão de estudantes nesta seara. Sra. **Eliana de Santana (RPR)** fez um comentário na direção de priorizar as mães solo e mulheres vítimas de violência, além de que o valor de 3 salários mínimos é um teto alto, não focaliza na vulnerabilidade social propriamente. Sra. **Rosi** trouxe a questão que, além dos equipamentos das assistências, ampliassem a gama da locação social para pessoas em situação de ocupação. Sra. **Geralda** endossou o reconhecimento de egressas como público prioritário. O Sr. **Anderson** reforçou a vulnerabilidade sofrida por egressos que frequentam albergues, como este público e mães solo buscam um futuro para seus filhos. Discordou do teto de 3 salários mínimos.

Sra. **Giulia (SMDHC)** lembrou que PopRua não é o público exclusivo da conferência de habitação. Necessário alinhar as ideias, mas outros públicos estarão presentes. Sr. **Jamaica** sugeriu que o parâmetro seja inscrição no



bolsa família. A Sr. **Heloísa** concorda que têm pessoas ainda na “demanda PopRua” em ocupações, e todos na demanda PopRua devem ser atendidas. Sra. **Roberta** reiterou a desconexão dos 3 salários mínimos com a realidade. Para ela, o teto deve ser menos de um salário mínimo. Sr. **Fábio**, questionou, sobre a demanda, como as Secretarias responsáveis escolhem as pessoas a serem entrevistadas para verificar se encaixam no filtro. Sra. **Giulia (SMDHC)** disse que este debate não cabe na lei, mas no procedimento de cada imóvel inaugurado. Sr. **Tião** trouxe a Lei como uma proteção para a PopRua, o teto de três salários mínimos como piso para quem não pode participar. Sra. **Patrícia (RPR)** reforçou o que já fora falado, mulheres vítimas de violência como prioridade, LGBTI e reduzir o teto de três salários mínimos. Sobre ocupações, assim como PopRua, precisam de uma saída qualificada. Disse que a Lei não é para PopRua, deveria ser melhor direcionada.

Sr. **Fábio** pediu uma lista de prédios que seriam utilizados para esta finalidade. Sra. **Giulia (SMDHC)** sugeriu que colocassem que a construção deva ser participativa, para entender a demanda da PopRua, e reforçou o IPTU progressivo como forma de, no fim, desapropriar o imóvel em nome do município. Sr. **Jamaica (RPR)** deu como ideia a construção do prédio com auxílio da PopRua, não disse especificamente como.

O último ponto debatido, sobre a lei, foi o “acompanhamento socio-educativo”. A Sra. **Giulia (SMDHC)** fez a leitura do trecho legal e levantou “o que é necessário neste acompanhamento?”. Sr. **Pedro** convidou todos a conhecer o Asdrúbal, disse que as Secretarias garantem autonomia, emprego. Para ele, o acompanhamento da assistência social é ótimo. Deve ser a vida inteira. Sra. **Eliana de Santana (RPR)** disse que acompanhamento da assistência social é imprescindível. Sr. **Jamaica** ressaltou que todos estão incluídos, para que não sejam egoístas. Sra. **Giulia (SMDHC)** incluiu outras Secretarias como responsáveis pelo acompanhamento, não apenas SEHAB. Sr. **Michael** pediu que os Conselheiros fiscalizassem políticas públicas, mesmo



sabendo que não é função dos Conselheiros - que deliberam, acompanham, mas não fiscalizam.

Encaminhamentos:

1. Questionar, junto à SEHAB, qual a previsão para início das reformas destes imóveis, com destino à locação social.
2. Questionar, junto à SEHAB, qual o planejamento deles em relação ao número de prédios afetados à locação social para PopRua.
3. Imprimir folhetos com informações das Pré-conferências para distribuir.
4. Apresentar um documento com as contribuições produzidas no Subcomitê para as pré-conferências.
5. Trazer, na próxima reunião do Subcomitê, as impressões que tiveram das Pré-conferências – não apenas sobre a “temática 5”, de locação social.
6. Quais foram as respostas dadas pelo Sr. Antônio às questões apresentadas.
7. Próxima reunião dia 26 de novembro, terça-feira.